

Clipping Diário

TJPI



28.11.2017



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CIDADE VERDE	28.11.2017	-	ÚLTIMAS

Julgamento dos irmãos acusados de defender morte de gays no Piauí é suspenso

A audiência de Instrução e Julgamento dos irmãos Lucas Veríssimo de Sousa e Dijael Veríssimo de Sousa, acusados pelo crime de ameaça praticada contra a comunidade LGBTT(Lesbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transgêneros) em 2014 e apologia ao nazismo, foi suspensa para o dia 28 de março de 2018. Os dois seriam integrantes do grupo Irmandade Homofóbica que prega o ódio contra os homossexuais.

Iniciada na manhã desta segunda-feira (27), apenas a vítima, Marinalva Santana, e três testemunhas do Ministério Público chegaram a ser ouvidas. Ao todo, foram arroladas 27 testemunhas, sendo oito pelo Ministério Público e 19 pela defesa dos irmãos.

De acordo com o promotor do caso, Assuero Stevenson Pereira Oliveira, a audiência foi suspensa, por volta das 13h de hoje, devido à ausência da maioria das testemunhas. Algumas deverão ser conduzidas coercitivamente para prestar esclarecimentos no próximo ano, que foi marcada para março devido à agenda lotada de pautas.

O caso é julgado pela juíza Valdênia Moura Marques de Sá, titular da 9ª Vara Criminal. O advogado dos réus, Paulino Ribeiro Brandim, disse que só se pronunciará após a audiência.

Ofensas

As ofensas foram praticadas na rede social Facebook. Três postagens são atribuídas aos irmãos. Em uma delas, a coordenadora do grupo Matizes, Marinalva Santana, é ameaçada de morte. Em outro post, os réus comemoram a morte de gays no Piauí

"A gente espera que a Justiça seja feita, porque no Brasil, via de regra, crimes de ódio ficam impunes", disse Marinalva Santana que relembra que teve que mudar sua rotina após as ameaças.

Após receber a notícia do adiamento, Marinalva diz que o medo de sair nas ruas continua. "Eles estavam na audiência com aquele ar de intimidação. Eu só espero que a Justiça seja feita, que esse caso não seja como outros e tenha a impunidade como resultado".



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CIDADE VERDE	28.11.2017	-	ÚLTIMAS

Pena pode chegar até 10 anos

Caso sejam condenados, os irmãos podem ficar até dez anos presos. O promotor de Justiça do caso, Assuero Stevenson Pereira Oliveira, ressalta que crimes de intolerância são inadmissíveis.

"Nos dias de hoje, qualquer tipo de preconceito não é admissível. Cada pessoa tem sua vida e não compete ao outro julgar o comportamento. Isso é lamentável. Espero que a lei seja cumprida, pois quem age contrário as leis deve sofrer as consequências", disse o representante do MP.

Os réus serão os últimos a serem ouvidos. Após o interrogatório, as partes têm dez dias para apresentarem recursos e só depois será dada a sentença

Emoção nos depoimentos

Marialva Santana chorou ao ser interrogada e diz que teve medo de ser assassinada. "Foram ameaças violentas e temi por minha vida....ameaçaram me matar em praça pública para servir de exemplo. Tive que mudar minha rotina, pois tive medo até mesmo porque no ano que isso ocorreu houve oito assassinatos com motivação homofóbica", declarou a coordenadora do grupo Matizes.

Queriam um bode expiatório

O réu Lucas Veríssimo disse ao Cidadeverde.com que foi usado como "bode expiatório", expressão usada para definir uma pessoa sobre a qual recaem culpas alheias. O jovem disse ainda que não há provas ou testemunhas contra ele.

"Só conheci a Marinalva depois de ser intimado. Não existem provas contra mim. Queriam um bode expiatório", disse Lucas que trabalha como técnico em Informática.

Ao Cidadeverde.com, ele confirma que compartilhou uma publicação com ameaças a coordenadora do Matizes. Contudo, Lucas diz que "pensou que fosse uma brincadeira".

"Compartilhei o post porque pensei que era brincadeira. Pensei que a pessoa que postou era algum amigo dela [Marinalva], que estava fazendo um trote", alegou Lucas.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL AZ	28.11.2017	-	ARIMATÉIA AZEVEDO

Sorte

O desembargador Pedro Alcântara da Silva Macedo é o feliz ganhador de R\$ 500,00 na Nota Piauiense.

Não sabe e, se sabe, não foi buscar?



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	28.11.2017	2	POLÍTICA

RECURSOS

Governo apresenta orçamento com apenas 40% do total reivindicado pelo TJ

A proposta orçamentária para o ano que vem continua em debate na Assembleia Legislativa do Piauí e poderes autônomos buscam apoio dos deputados para aumentar a previsão estabelecida na peça orçamentária apresentada pelo governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento. No caso do Tribunal de Justiça do Piauí, por exemplo, o órgão reivindica R\$ 616 milhões para o exercício financeiro de 2018. No entanto, o governo indica no relatório a

previsão de repassar R\$ 246 milhões para o órgão.

Ao O DIA, a presidência do Tribunal de Justiça informou, por meio da assessoria de imprensa, que o valor planejado pela instituição leva em conta a construção do novo Palácio da Justiça, capacitação de servidores e magistrados, implantação de novas ferramentas de tecnologia, dentre outras ações. “Estamos em contato direto com o relator do orçamento na Assembleia Legislativa buscando o me-

lhor diálogo”, diz a nota do TJ.

O relator do projeto de orçamento para 2018, deputado Severo Eulálio (PMDB), explicou que a demanda dos órgãos é bem maior que a previsão indicada pelo Governo do Estado, que decidiu propor aumento de 1% para todos os poderes ano que vem, em comparação com o orçamento de 2017. “Estamos ouvindo todos os lados e a nossa intenção é construir um texto que não seja o que os poderes reivindicam, mas também não

será o que o Governo propõe. Vamos chegar a um meio termo para atender a todos”, disse Severo Eulálio. A Assembleia Legislativa do Piauí tem até a última sessão deste ano para aprovar o orçamento 2018.

O secretário de Planejamento, Antônio Neto, argumenta que é preciso continuar o diálogo a nível de presidente dos órgãos e área técnica, e representantes do governo, para chegar a uma solução razoável.

(João Magalhães)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	28.11.2017	3	EM DIA

EM 2014

Membros da Irmandade Homofóbica são julgados por ameaças contra LGBT's

Nayara Feijardo e Maria Clara Estrela
Portal ODA

A audiência de instrução e julgamento dos irmãos apontados como membros da Irmandade Homofóbica e como autores das ameaças contra LGBTs foi suspensa devido à ausência de quatro testemunhas arroladas pelo Ministério Público. A audiência era referente às ameaças feitas pelo grupo Irmandade Homofóbica à militante do Grupo Matizes, Marinalva Santana. O caso ganhou repercussão em 2014, quando foram publicadas mensagens de ódio ao público LGBT nas redes sociais.

Ontem, foi ouvida a vítima Marinalva Santana, militante do Grupo Matizes, e mais três testemunhas de acusação. O promotor Assuero Stevenson informou que a outra audiência foi remarcada para o dia 28 de março do próximo ano, às 8h30.

Os réus do processo são os irmãos Lucas Veríssimo e Dijael Veríssimo, que publicavam mensagens usando os codinomes Lucas Rockline e Anarcopunk. Os dois foram indiciados pela Polícia Civil por apologia ao crime e homofobia, mas respondem ao processo em liberdade.

Ao todo, iriam ser ouvidas 28 testemunhas, além da vítima Marinalva Santana. O Ministério Público arrolou oito testemunhas de acusação. Lucas Veríssimo levou 16 testemunhas de defesa e Dijael Veríssimo, três.

Para a coordenadora do Grupo Matizes e vítima das agressões,



Ameaças foram feitas contra militantes do Grupo Matizes

Marinalva Santana, o momento é de expectativa. "Faz três anos que esse processo se arrasta e, agora, nós finalmente vemos um encaminhamento para um desfecho. Esperamos que valha a máxima da 'Justiça tarda, mas não falha' e que os acusados saiam daqui punidos pelos crimes que cometeram", afirma.

Marinalva acrescenta ainda que não se trata de desejar vingança pelas ameaças sofridas, mas de pedir justiça para que atos como o dos irmãos Veríssimo não se repitam e não façam novas vítimas.

De acordo com o cabo Evandro de Sousa, responsável pelo prego da audiência, uma das testemunhas de defesa, que é ex-namorada de um dos réus, não poderá comparecer porque está a trabalhar em outro município e não teve como estar aqui hoje (ontem). Sua ausência foi devidamente justificada e ela deverá ser

ouvida outro dia.

Outra testemunha arrolada para ontem, Victor Cortez, também não pôde comparecer à audiência. Segundo o promotor Assuero Stevenson, ele é peça chave para o andamento do processo, que ficará prejudicado sem sua fala. Ele acredita que isso levará a audiência a se estender por mais dias.

Suástica

Para o promotor, além da apologia ao crime e homofobia, também pesa contra os irmãos Veríssimo um elemento qualificador: o uso da suástica nazista nas mensagens direcionadas às vítimas. "É um absurdo um brasileiro, fruto de uma miscigenação racial, pregar a supremacia de uma cor sobre a outra ou, pior ainda, se sentir no direito de julgar alguém pautado em sua sexualidade ou nos seus atos da vida privada. É um sinal claro da falta de conhe-

cimento de História, falta de caráter e falta de formação familiar", ponderou Assuero.

Após esta audiência de instrução, a Justiça dará para defesa e acusação prazo de cinco dias, cada, para que elas se manifestem. Após a manifestação, o processo volta para as mãos da juíza Valdénia Marques, que proferirá a sentença. A magistrada não deu prazos para que isto ocorra, uma vez que se trata de final de ano e as atividades do judiciário entrarão em recesso. "Não é só acionar defesa e acusação depois daqui. Toda a mídia com os depoimentos dos envolvidos será apurada e aí, então, é que as partes serão intimadas", explicou.

A pena dos irmãos Veríssimo podem chegar a até 10 anos de reclusão, assim distribuídos: dois a cinco anos por crime de intolerância e dois a cinco por apologia ao nazismo.